



EPEPE
ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação

Eixo Temático 8 - Política e gestão educacional

Modernização da Gestão e Avaliação Educacional: uma saída para melhoria da qualidade da educação em Pernambuco?

Marta Maria da Silva Nascimento – UFPE

Ana Lúcia Felix dos Santos - UFPE

RESUMO

O texto analisa os resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que busca analisar concepções e práticas de gestão escolar no âmbito da política estadual de educação em Pernambuco, considerando a relação entre avaliação educacional e bônus do desempenho. A pesquisa toma como campo empírico as escolas estaduais da Gerência Regional de Educação Mata Centro (Município de Vitória de Santo Antão). Os resultados preliminares apontam que o programa leva os gestores trabalharem em busca de metas predeterminadas sem reflexão crítica em relação à política em análise, pois muitos afirmam a necessidade de monitoramento do trabalho docente, embora assumam que o mesmo traz instabilidade aos professores e divisão da categoria.

Palavras-chave: Política Educacional. Avaliação Educacional. Bônus do Desempenho. Gestão Escolar.

Introdução

Este trabalho está inserido na pesquisa intitulada *Avaliação educacional, bônus do desempenho e gestão escolar no contexto dos padrões da regulação da política educacional de Pernambuco*, que investiga o modo de como as escolas estaduais de Pernambuco têm vivenciado práticas de gestão escolar no âmbito de uma política de educação estadual baseada em metas e resultados.

O Programa de Modernização da Gestão Pública (PMGP) está focado na melhoria dos indicadores educacionais do estado, em que o governo definiu metas a serem cumpridas ano a ano, pelos gestores escolares e pelas GREs. Introduzindo o recebimento do bônus do desempenho para as escolas que alcançarem as metas estabelecidas. O SAEPE é anual e é realizado para alunos da 4^a, 8^a séries do ensino fundamental e/ou 3^o ano do ensino médio, nas disciplinas de Português e Matemática. Os resultados do SAEPE são referentes à aprendizagem dos estudantes e a taxa de aprovação, medido pelo censo escolar que compõem o Índice de desenvolvimento da educação de Pernambuco (IDEPE).

O que nos leva a questionar: como a política estadual vem afetando os processos de gestão das escolas? Quais as concepções e práticas de gestão advêm da relação entre avaliação educacional e bônus do desempenho?

A pesquisa tem como objetivos: Analisar concepções e práticas de gestão escolar no âmbito da política estadual de educação em Pernambuco, considerando a relação entre avaliação educacional e bônus do desempenho, em escola estaduais da GRE Mata Centro (Município de Vitória de Santo Antão).

O trabalho apresenta resultados parciais de uma pesquisa em andamento, que envolve três etapas. Na primeira etapa foram feitos estudos de natureza teórico-metodológico sobre as políticas públicas para a educação, gestão, avaliação Educacional e bônus de desempenho. O objetivo dessa primeira etapa foi o de problematizar e aprofundar o entendimento das categorias próprias à investigação, bem como as dimensões nas quais se insere o objeto de estudo.

Na segunda fase optamos por compreender e aprofundar o entendimento do espaço empírico da pesquisa. Desta forma, realizamos um levantamento das escolas que estão articuladas a GRE Mata Centro (Vitória de Santo Antão) identificando as que atingiram as Metas para o IDEPE, recebendo conseqüentemente o bônus do desempenho.

A última etapa da pesquisa, estamos entrevistando onze (11) gestores escolares na GRE mata centro (Município de Vitória de Santo Antão), neste trabalho foram analisados os dados levantados em seis escolas.

Os resultados preliminares apontam que os gestores da GRE Mata centro (Município de Vitória de Santo Antão) estão vivenciando uma gestão na perspectiva democrática, porém monitorada em que as ações realizadas são para alcançar metas determinada pelo programa em análise, afirmam estarem satisfeitos, embora assumam dificuldades em colocá-lo em prática.

1. Gestão democrática

Quando nos referimos à gestão democrática da escola nos referimos à descentralização das tomadas de decisão. Ou seja, a gestão da escola deixa de ser centralizada na figura do diretor para ceder lugar a um processo de construção coletiva entre todos os agentes da escola e da comunidade. Aguiar (2009, p.84) compreende “que a gestão democrática da educação tem destaque no seu caráter mediador, transformador e, num processo contínuo de

organização da prática educacional coletiva, que se desenvolve de forma não fragmentada, num dado contexto histórico”.

A gestão democrática da escola e da educação tem seu princípio legitimado na Constituição Federal de 1988, art. 206-VI “o ensino será ministrado com base (...) gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Esse princípio vai ser reafirmado na principal Lei da educação brasileira: A LDB (Lei ...n.9.394 de 20/12/96) que assegura a gestão democrática do ensino às escolas pública em seu art. 14

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto político pedagógico;
- II. participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

A participação de todos os segmentos da escola para efetivar uma gestão requer dos envolvidos comprometimento, é fundamental que os sujeitos envolvidos promovam tomadas de decisões de forma consensual. A fim de que os objetivos educacionais sejam atingidos. Aguiar, (2009) destaca a importância da participação e da autonomia com indispensável à gestão democrática, na busca de práticas educativas respaldadas na interação, cooperação e solidariedade.

Assim, a participação que é a inserção consciente do cidadão diante do grupo social em que vive, sendo capaz de colocar-se com liberdade de decisão, como ser pessoal e social, em um processo de construção coletiva das responsabilidades e avanço das leis. Para Aguiar (2009, p. 86) participação demanda o sentido de construção de algo que pertence a todos e que tem, diretamente, a ver com a qualidade de vida de cada um, tanto no sentido da realização pessoal, quanto pelos benefícios sociais que dela advém.

Nesta perspectiva o compromisso pelo sucesso da educação passa a ser não apenas responsabilidade do governo, mas também das decisões dos cidadãos, enquanto indivíduo e grupo. A comunidade escolar (profissionais da educação, pais, alunos e comunidade local) precisam organizar propostas que transforme a realidade e viabilize o ensino promova qualidade, igualdade de saber e transformação social.

2. Avaliação Educacional

A avaliação faz parte de nossa vida, ela permite obter informações para fundamentar nossas escolhas, sendo a base para um bom julgamento. Segundo Dias Sobrinhos (2003) avaliar é um ato estreitamente ligado a escolher e optar.

Na educação ela ganha significado, tanto na aprendizagem dos alunos; quando verifica se as competências previstas ou desejadas nos processos pensados para assegurar a compreensão e a aprendizagem foram desenvolvidas. Quanto na avaliação educacional, ao avaliar os sistemas educativos a fim de perceber os progressos e dificuldades e então o governo materializar suas políticas públicas.

Em Afonso (2000, p.16) vai nos dizer que “avaliação é algo mais amplo porque inclui não só as práticas avaliativas, mas directamente dependente dos professores, e que são direccionadas para o interesse dos alunos, como também as práticas de avaliação de outros actores e do próprio sistema educativo”.

A avaliação do sistema educativo no Brasil vem sendo considerado uma exigência social, pois é a partir dela que os governos desenvolvem programas e projetos com objetivo de diminuir as desigualdades educacionais e consequentemente a social. Vianna (2009, p. 17) “é importante que a sociedade saiba a que a escola se propõe, em termos de competências educacionais e sociais necessárias, para concretização da cidadania”.

O Brasil nos últimos quinze anos vem avançando na política de avaliação educacional em todos os níveis de ensino com: o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/SAEB; Exame Nacional do Ensino Médio/ENEM; Sistema Nacional do Ensino Superior/SINAES; Avaliação da Pós-Graduação da CAPES entre outras. Alguns estados também organizaram seus sistemas de Avaliação como o Sistema de Avaliação de Pernambuco/SAEPE. Essas avaliações configuram como prestação de contas à sociedade e definição de novas políticas públicas. Na qual Castro resalta:

Todas essas iniciativas indicam a progressiva institucionalização da avaliação como mecanismo importante para subsidiar o processo de formulação e monitoramento de políticas públicas responsáveis e transparentes que devem nortear o aprimoramento de ações de melhoria da aprendizagem. (2009, p.271).

Nesse sentido entendo que a avaliação do sistema educacional também é uma forma de regulação do padrão das políticas públicas, pois através dela mostra em que escola os projetos e programas vêm sendo desenvolvidos com êxito. Ao fazer isto o governo diminui suas responsabilidades no fracasso educacional, pois bons exemplos aparecem como resultados não levando em consideração os contextos em que cada escola esta inserida.

3. Bônus do desempenho educacional

“O ato de agir sobre a natureza, adaptando-a as necessidades humanas” é o que Dermeval Saviani (2007, p.154) define como trabalho, que para ele é a essência humana e faz com que o homem necessite esta continuamente produzindo.

No capitalismo o trabalho deixa de atender apenas às necessidades humanas, passando a estar relacionado à produção visando o lucro. Neste contexto o trabalhador precisa estar administrando seu trabalho, tendo em vista a maximização do lucro, pois caso contrário pode se tornar descartado do mercado produtivo.

Ao se tratar de lucro, os empregadores procuram desenvolver estratégias para aumentar, uma delas é “estratégia de bônus” que vai dar incentivos monetários ao profissional que ultrapassar uma meta Predeterminada.

A “estratégia de bônus” é definida como a prática dos empregadores, de procurar fazer com que os empregados trabalhem mais e melhor usando como incentivo a concessão de vantagens monetárias adicionais ao salário, condicionadas ao aumento de produtividade. (OLIVEIRA, 2010 p.419)

Na educação algumas secretarias estaduais e municipais vêm adotando estas estratégias e atrelando o recebimento do bônus do desempenho educacional aos das avaliações em larga escala e dos dados do fluxo escolar. A estratégia ao condicionar o trabalhador da educação ao aumento da produtividade o faz para cumprir sua função de professor, sem preocupação com os princípios e valores próprio da instituição escola. Segundo análise de Oliveira (2010, p.431) o estado assume a forma do neoliberalismo, cria para si os professores que necessita, pressupõe (falsamente) e cria (realmente) o professor “idiota”, a atuação dos professores tende a formar alunos “idiotas” e uma sociedade de “idiotas”.

4. A política educacional de PE no governo de Eduardo Campos

O estado de Pernambuco tem vivenciado avanços importantes na economia, com investimentos significantes nos setores petrolífero e alimentício entre outros. Este cenário tem aumentado a responsabilidade do estado em priorizar investimento em educação para que a

população possa conquistar as oportunidades e elevar a qualidade de vida dos Pernambucanos.

Em meio a este contexto o Governo Campos vem a implantar o Programa de Modernização da Gestão Pública, que é um conjunto de iniciativas para melhorar os indicadores sociais como diminuir as taxas de repetência, evasão escolar e analfabetismo. Ações que prometem promover a aprendizagem dos alunos; a garantia de professores em todas as salas de aulas e a recuperação das estruturas física da escola viabiliza o processo de ensino- aprendizagem.

O Programa está focado na melhoria dos indicadores educacionais do estado, em que o governo definiu metas a serem cumpridas ano a ano, pelos gestores escolares e pelas GREs. Tendo como objetivo do estado para 2021 as escolas atingirem a média 6,0 (seis) no IDEBE, semelhantes as apresentada, atualmente, pelos países desenvolvidos.

As unidades escolares definem metas anuais a serem atingidas, a partir da realidade vivida, terão que superá-la em relação a elas mesmas. E o governo monitora através de um conjunto de atividade gerenciais focada no processo-meio, que interfere na melhoria de aprendizagem do aluno (infraestrutura, kit escola, biblioteca, merenda, laboratórios de informática, material didáticos).

A verificação do desempenho dos alunos é realizada no final de cada ano letivo, em todas as Escolas Estaduais, na 4ª série, 8ª série e 3º ano do ensino médio. É realizada pelo SAEPE (Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco) que avalia a aprendizagem do aluno. Outro dado é recolhido do senso escolar: o fluxo escolar. A combinação dos dois dados resulta o IDEPE (Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco).

Esses dados dão subsídios para a tomada de decisão, e verifica se as metas foram atingidas. Quando a escola atinge a meta, a partir de 50% até 100%, os profissionais recebem premiação, o Bônus de Desempenho Educacional (BDE), é um incentivo financeiro que promove a qualidade do ensino e valoriza os profissionais da educação.

5. Caracterização do Campo Empírico

A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco está dividida em dezessete GREs (Gerencias Regionais de Educação), nossa pesquisa focará na GRE Mata Centro, nas escolas localizadas no Município de Vitória de Santo.

A GRE Mata centro – Vitoria de Santo Antão tem a jurisdição de 43 escolas distribuída em 13 municípios, (Barra de Guabiraba, Bezerros, Bonito, Camocim de São Félix,

Chã de Alegria, Chã Grande, Escada, Glória do Goitá, Gravatá, Pombos, Sairé, São Joaquim do Monte, Vitória de Santo Antão). Sendo 12 escolas localizadas no Município de Vitória de Santo Antão, das quais três são consideradas Escola de Referência para o Ensino Médio-EREM.

Em 2012, as escolas da GRE Mata Centro que atingiram as Metas para o IDEPE, recebendo conseqüentemente o bônus do desempenho foram de 18 escolas. 15 escolas nas cidades de Gravatá, Bonito, Sairé, São Joaquim do Monte, Glória do Goitá, Bezerros, Escada, foram contempladas, variando entre 100% e 57%. Três escolas no Município de Vitória de Santo Antão atingindo a meta de 100%. Sendo elas: Escola de Referência José Joaquim da Silva Filho (Polivalente), Escola Olívia Carneiro de Carvalho e a Escola Rotary.

As escolas que não receberam bônus no Município de Vitória de Santo Antão são as seguinte: Escola de Referência em Ensino Médio Antônio Dias Cardoso, Escola Cardeal Roncalli, Escola Cônego Pedro de Souza Leão, Escola Guiomar Krause, Escola Madre Lucila Magalhães. Escola Estadual Profª Amélia Coelho, Escola Estadual Prof. Eudóxia de Alcântara Ferreira, Escola de Referência em Ensino Médio Senador João Cleofas de Oliveira.

6. Analisando os dados: a gestão escolar na perspectiva dos entrevistados

O governo de Pernambuco ao propor o Programa de Modernização da Gestão Educacional tem como objetivo consolidar a cultura da democracia e da participação popular traz com missão assegurar uma educação de qualidade focada em resultados, visando garantir a formação plena do aluno. Nesta perspectiva a gestão das escolas pernambucanas vem vivenciando um monitoramento que tem como objetivo alcançar metas estabelecidas para as mesmas.

Sobre os desdobramentos das relações de implementar a cultura democrática e vivenciando monitoramento nos preocupamos em questionar os gestores como essas práticas vem se consolidado em sua escola. Os/as entrevistados/as, em sua maioria, consideram estar vivenciando uma gestão na perspectiva democrática em que as decisões não são tomadas apenas pelo gestor, como evidenciam os depoimentos:

*“Gestão em nossa escola é um processo democrático, as decisões não cabem mais a uma única pessoa. Temos uma equipe: gestor, gestor adjunto, secretário, técnico educacional e educador de apoio, as decisões são tomadas em equipe, passada e analisada para o grande grupo para que seja um ensejo da comunidade escolar.”
(Gestora de escola - GRE Mata Centro)*

*“Tenho pensado a gestão não apenas como processo democrático, mas um processo social em que buscamos compartilhar com funcionário, comunidade intra e extraescolar e a própria gerência regional de educação os elementos da gestão como um todo.”
(Gestora de escola - GRE Mata Centro)*

As narrativas apontam a participação de uma equipe para a tomada de decisão, em um processo de responsabilização coletiva, tendo o gestor como líder que chama a ação, com objetivo de atingir metas, esta ação esta sendo monitorada pelo governo. Conforme afirma Aguiar (2009, p. 83) a gestão democrática “está associada ao fortalecimento da ideia de democratização do trabalho pedagógico, entendida como a participação de todos nas decisões e na sua efetivação”.

Neste sentido podemos constatar que os gestores tem clara a concepção de gestão democrática, porém na prática fica evidenciada que esta acontecendo uma gestão monitorada pelo governo que segundo Gomes (2009, p. 102)

O modo de regulação contribui, portanto, não para solucionar os conflitos marcantes da sociedade, mas para apaziguar as desigualdades econômicas, sociais, culturais e educacionais, por meio de alianças temporárias e funcionais a determinado ciclo econômico da sociedade capitalista, reproduzindo, portanto, as relações sociais fundamentais.

Ficando evidenciado na fala dos entrevistados

Atualmente o gestor administra a escola como uma empresa, onde tem que atingir metas que são estabelecidas pelo governo. (gestora de escola de GRE Mata Centro).

As decisões são sempre monitoradas, pois a escola tem metas a atingir, isso é que é gestão na escola. Temos que esta em conjunto elaborando estratégia para um bom desempenho de nossos alunos nas avaliações externa. (gestora de escola de GRE Mata Centro)

Essas palavras apontam para uma importante questão em que a gestão necessita apresentar resultados dos alunos tanto para o governo como para a população, envolvendo a gestão no processo de competitividade, em que é oferecido os meios (necessidade da escola em infraestruturas, quadro de pessoal) e a escola a missão de oferecer indicadores melhores na qualidade do ensino. Para Ball (2005, p.543),

Os desempenhos de sujeitos individuais ou de organizações servem de parâmetros de produtividade ou resultado, servem ainda como demonstrações de “qualidade” ou “momentos” de produção ou

inspeção. Eles significam ou representam merecimento, qualidade ou valor de um indivíduo ou organização dentro de uma área de julgamento, tornando os “silêncios audíveis”.

As escolas pernambucanas, neste contexto, não estão pensando e construindo uma escola com suas concepções pedagógicas, mas em uma prática e concepção política e pedagógica que se alimentam e se corporificam na Proposta de um governo que determina metas a serem cumprida ano a ano. Mas com responsabilidade coletiva, em que os resultados da educação dependem das ações de todos os membros da instituição escola e da sociedade, pois a gestão tem a proposta democrática em todos são responsáveis pelas decisões.

Neste contexto as escolas necessitam desenvolver ações para alcançar os objetivos do governo, são estratégias para que os alunos obtenham um desempenho satisfatório e assim suas metas sejam alcançadas, há um empenho dos mesmos em promover e executar alguns programas oferecidos pelo governo.

“Fazemos projetos, além do plano de ação com estratégia para melhorar o desempenho da escola, fazemos outros projetos com a colaboração da professora de Religião, português e matemática. Com o Mais Educação desenvolvemos oficinas de letramento, dança, teatro, judô, Karatê e música que auxilia incentivando os alunos na prática de esportes, baseado na disciplina do aluno e seu desempenho escolar. Também são aplicados simulados”. (gestora de escola de GRE Mata Centro)

A nossa gestão é fortalecida por um plano de ação coletiva, que serve como ferramenta de apoio ao gestor, instrumentalizando a orientação para modificar, melhorar ou alterar os rumos traçados na busca de melhoria da qualidade do ensino. O processo de gestão por resultado é imprescindível para que possamos qualificar nossas práticas educacionais. (gestora de escola de GRE Mata Centro)

Entretanto, percebe-se que as estratégias que vêm sendo desenvolvidas junto aos alunos são para que possa possibilita resultados favoráveis. Atividades estas que em algumas escolas a infraestrutura não proporciona as condições necessárias como quadra esportiva, a internet é insuficiente entre outros, restringindo a permanência e a realização das atividades em sala de aula. Sendo os simulados projetos mais direcionados, pois tem a função de treinamento para o SAEPE.

Ou seja, há um tipo de inversão: a escola se adequando ao processo avaliativo. Quando a avaliação e que deve trazer elementos para a escola pode utilizar para a melhoria dos processos educativos. Como destaca Vianna (2009, p.13) “A avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional, necessita integra-se ao

processo de transformação do ensino/aprendizagem e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos”.

É interessante notar que a escola está na busca de uma meta e para isso cumpre atividades que com o propósito de atingi-la, mesmo tendo consciência que os alunos têm tempo de aprendizagem diferente.

“Uma gestão baseada nesses indicadores muitas vezes é eficiente, mais não devemos esquecer que lidamos com pessoas que tem características e tempo de aprendizagem diferente. Elas precisam ser vistas não apenas como receptoras de aprendizagem, mas como pessoas que estão construindo suas histórias”. (gestora de escola de GRE Mata Centro)

Como podemos ver as metas vão se constituindo nos objetivos principais da gestão, o que destoa de uma gestão democrática que deve estar preocupada com as aprendizagens dos alunos. Conforme Aguiar (2009, p. 83),

É a escola o lócus central da qualidade de ensino, pela relevante função social que lhe cabe desempenhar. É nela que ocorrem as relações não só dos alunos e professores, mas também as relações ligadas ao ensino e a gestão, ao técnico a ao político, à sala de aula e ao sistema educacional, ao estado e à sociedade. É, portanto, na escola que todas essas questões ganham concretude.

Ao questionar os entrevistados sobre o programa em que estão inseridos, que tem como base metas, em que ao atingir os profissionais recebem como recompensa um bônus, que Menezes (2010, p.5) critica ao dizer “é terceirizar ou diluir as atribuições dos professores dentro de uma unidade escolar com projetos complementares alienados no interior escolar”, no qual os entrevistados relatam.

“Percebo que tem mexido com os professores, precisávamos sim de um monitoramento, de avaliar o cotidiano da escola, mas quando se gera um bônus por desempenho traz para o professor uma vulnerabilidade muito grande, eles se sentem inseguros e o gestor tem que administrar essa situação”. (gestora de escola de GRE Mata Centro)

“As metas são necessárias, porém tem que se dar condições para que essas metas sejam atingidas, a avaliação também é muito importante, mas tem que valorizar os professores e incentivá-los para depois exigir e o bônus serve na maioria das vezes para dividir a classe trabalhadora”. (gestora de escola de GRE Mata Centro)

As respostas revelam uma insegurança dos professores diante do programa, no qual são responsabilizados pelo bom desempenho dos seus alunos para ganhar recompensa monetária. Apesar de assumir a importância de um acompanhamento no seu trabalho cotidiano, percebem que o bônus traz danos para esses profissionais desestabilizando suas condições de trabalhos com a ilusão de ampliação financeira. No qual Menezes afirma

O objetivo é fragmenta e pulverizar a categoria docente atribuindo-lhe uma política de “bônus” individuais. A política de bônus serve apenas como um “cala boca” e fragmentador da mobilização dos docentes. (...) é responsabilizar os professores pelo caos na rede pública e deixar cada vez mais difíceis as condições de trabalho e sobrevivência dos docentes. (MENEZES, 2010, p. 5)

Considerações finais

Apesar de um visível esforço na execução do projeto Modernização da Gestão Pública/Metas para a Educação, percebe-se uma fragilidade na sua execução, propõe uma gestão democrática, porém tem como base o monitoramento o que leva os gestores a caminhar em busca de metas.

Outro problema a considerar é que apesar dos gestores perceberem as avaliações e as metas como necessárias, acabam por desenvolver ações educativas que visam atingir as mesmas, com a sua concessão, o bônus que traz instabilidade aos professores e divisão da categoria que é responsabilizada pelo sucesso ou fracasso dos alunos na prova do SAEPE.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Conceição C. Gestão democrática, elementos conceituais e a democratização do acesso, permanência e sucesso escolar. MACHADO, L. B., SANTIAGO, E. (Orgs) **Políticas e Gestão da Educação Básica**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2000.

BRASIL. **Constituição da República Federativa**, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº. 9.934/96**.

BALL, STEPHEN. J. **Profissionalismo, Gerencialismo e Performatividade**. Caderno de pesquisa, v.35, n. 126, p. 539-564, set/dez. 2005.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. **A Consolidação da Política de Avaliação da educação Básica no Brasil. Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n.3, p.271-296, set/dez. 2009.

DIAS SOBRINHOS, José. **Políticas educacionais e reforma da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

MENEZES, W. F. **O “processo imbecilizador”: proletarização e humilhação docente como instrumento de política neoliberal na educação básica em São Paulo**. In: Anais do VII SEMINÁRIO DO TRABALHO, 2010.

OLIVEIRA, Marcos Barbosa de. A estratégia de bônus: Três pressupostos e uma consequência. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v.07, n.3, p.419-433, Nov. 2009/fev, 2010.

PERNAMBUCO. **Nota Técnica. A Avaliação das Escolas Estaduais e o Bônus do Desempenho – BDE**. 2008a Disponível em: www.educacao.pe.gov.br. Acesso em: out, 2013.

PERNAMBUCO. **Programa de Modernização da Gestão Pública. Metas para a educação**. 2008b Disponível em www.educacao.pe.gov.br. Acesso em: out, 2013.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Avaliação das escolas estaduais e o bônus de desempenho educacional. Nota Técnica**. Pernambuco, S/d. <http://www.Siepe.educacao.pe.org.br>.

Acesso em 28/01/2014

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: Fundamentos ontológico e Histórico. **Revista brasileira de Educação**, V.12, n. 34, jan./abr. 2007.

VIANNA, Heraldo Marelím. Fundamentos de um programa de Avaliação Educacional. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 1, n 1 p. 11-27, jan/abr. 2009.